

Introdução

Para encontrar o rio Dniestre rodamos através de bosques desfolhados, passamos por planícies desoladas e pátios ferroviários cuja cor dominante é a ferrugem. A água gélida corre límpida. O silêncio é tão grande que dá para ouvir pequenos pedaços de concreto caindo da ponte rodoviária mais acima, que se desmancha aos poucos no abandono.

O Dniestre é a fronteira geográfica entre o capitalismo de livre mercado e seja lá como você queira chamar o sistema que Vladimir Putin governa. Separa a Moldávia, um país da Europa Oriental, de um Estado-fantoches russo chamado Transnístria, controlado pela máfia e pela polícia secreta.

No lado moldávio, pessoas de idade, acoradas nas calçadas, vendem coisas que elas fizeram ou cultivaram: queijo, doces, alguns nabos. Jovens são escassos; um a cada quatro adultos trabalha no exterior. Metade da população ganha menos de cinco dólares por dia; um a cada dez habitantes vive numa pobreza tão extrema que pode ser medida na mesma escala da pobreza da África.¹ O país nasceu no início da era neoliberal, com o colapso

da União Soviética no começo dos anos 1990 e a entrada das forças de mercado — mas muitos dos aldeões com quem converso dizem que prefeririam viver no Estado policial de Putin a sofrer na infame penúria da Moldávia. Esse mundo cinzento de estradas de terra e rostos sombrios foi produzido pelo capitalismo, não pelo comunismo. E agora o capitalismo já deixou para trás seu melhor momento.

A Moldávia, evidentemente, não é um país europeu típico. Mas é nesses lugares periféricos do mundo que podemos observar a maré econômica refluindo — e traçar as conexões causais entre estagnação, crise social, conflito armado e erosão da democracia. A falência econômica do Ocidente está corroendo a crença em valores e instituições que em outros tempos julgávamos permanentes.

Nos centros financeiros, por trás de vidros espelhados, as coisas ainda podem parecer róseas. Desde 2008, trilhões de dólares de dinheiro artificial fluíram através dos bancos, fundos de cobertura,* firmas de advocacia e consultorias para manter em funcionamento o sistema global.

Mas as perspectivas de longo prazo para o capitalismo são lúgubres. De acordo com a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), o crescimento no mundo desenvolvido será “fraco” nos próximos cinquenta anos. A desigualdade vai aumentar 40%. Mesmo nos países em desenvolvimento, o atual dinamismo estará exaurido em 2060.² Os economistas da OCDE foram educados demais ao dizer isso, então vamos trocar em miúdos: para o mundo desenvolvido, o melhor do capitalismo já passou; e para o resto, ele vai terminar durante nosso tempo de vida.

* Ou fundos *hedge* (em inglês, *hedge funds*): forma alternativa e agressiva de investimento de alto risco, com poucas restrições e superespeculativo. Investidores fornecem grandes somas a uma firma de investimento para que esta as aplique como achar melhor, dividindo depois lucros e perdas de acordo com cada contrato. (N. T.)

O que começou em 2008 como uma crise econômica converteu-se numa crise social, levando a uma inquietação generalizada; e agora, quando revoluções degeneram em guerras civis, criando tensão militar entre superpotências nucleares, tornou-se uma crise de ordem global.

Há, ao que parece, dois desfechos possíveis. No primeiro cenário, a elite global se segura, impondo o custo da crise aos trabalhadores, pensionistas e pobres pelos próximos dez ou vinte anos. A ordem global — tal como imposta pelo FMI, pelo Banco Mundial e pela Organização Mundial do Comércio — sobrevive, mas de forma enfraquecida. O custo de salvar a globalização é arcado por gente comum do mundo desenvolvido. Mas o crescimento fica estagnado.

No segundo cenário, rompe-se o consenso. Partidos de extrema direita e de esquerda chegam ao poder, uma vez que as pessoas comuns se recusam a pagar o preço da austeridade. Em vez disso, os Estados tentam então impor uns aos outros os custos da crise. A globalização desmorona, as instituições globais tornam-se impotentes e no processo os conflitos que inflamaram os últimos vinte anos — guerras do narcotráfico, nacionalismo pós-soviético, jihadismo, migração descontrolada e resistência a ela — acendem uma fogueira no centro do sistema. Neste cenário, a obediência fingida a leis internacionais evapora; tortura, censura, detenções arbitrárias e vigilância em massa tornam-se os instrumentos comuns da governança. Esta é uma variante do que aconteceu nos anos 1930 e não há garantia de que não possa voltar a ocorrer.

Em ambos os cenários, o sério impacto da mudança climática, do envelhecimento demográfico e do crescimento da população explode por volta de 2050. Se não conseguirmos criar uma ordem global sustentável e restaurar o dinamismo da economia, as décadas posteriores a 2050 serão de caos.

Em vista disso, desejo propor uma alternativa: primeiro, salvamos a globalização refreando o neoliberalismo; em seguida,

salvamos o planeta — e resgatamos a nós mesmos do tumulto e da desigualdade — avançando para além do próprio capitalismo.

Refrear o neoliberalismo é a parte fácil. Há um crescente consenso entre movimentos de protesto, economistas radicais e partidos políticos radicais na Europa quanto à maneira de fazer isso: suprimir as altas finanças, reverter a austeridade, investir em energia verde e promover o trabalho bem remunerado.

Mas e depois?

Como demonstra a experiência grega, qualquer governo que desafia a austeridade entra imediatamente em choque com as instituições globais que protegem o 1% mais rico da população mundial. Depois que o partido radical de esquerda Syriza venceu a eleição em janeiro de 2015, o Banco Central Europeu, cuja tarefa era promover a estabilidade dos bancos gregos, cortou o apoio a tais bancos, desencadeando uma corrida que ocasionou a retirada de 20 bilhões de euros em depósitos. Isso forçou o governo de esquerda a escolher entre a bancarrota e a submissão. Você não vai encontrar nenhuma ata, nenhum registro de votação, nenhuma explicação para o que o BCE fez. Coube à revista de direita alemã *Stern* explicar: tinham “esmagado” a Grécia.³ Isso aconteceu, simbolicamente, para reafirmar a mensagem central do neoliberalismo de que *não há alternativa*; de que todas as rotas de fuga do capitalismo terminam no tipo de desastre que ocorreu à União Soviética; e de que uma revolta contra o capitalismo é uma revolta contra uma ordem natural e eterna.

A crise atual não apenas sinaliza o fim do modelo neoliberal: é também um sintoma do descompasso de longo prazo entre sistemas de mercado e uma economia baseada na informação. O objetivo deste livro é explicar por que substituir o capitalismo não é mais um sonho utópico, além de esclarecer como as formas básicas de uma economia pós-capitalista podem ser encontradas no interior do sistema vigente e de que modo é possível expandi-las rapidamente.

O neoliberalismo é a doutrina de mercados sem controle: ele diz que o melhor caminho para a prosperidade é indivíduos buscando o interesse próprio, e o mercado é o único meio de expressar esse interesse. Ele diz que o Estado deve ser pequeno (exceto no que se refere a suas tropas antitumulto e sua polícia secreta); que a especulação financeira é boa; que a desigualdade é boa; que o estado natural da humanidade é ser uma horda de indivíduos sem escrúpulos, competindo uns com os outros.

Seu prestígio repousa em feitos tangíveis: nos últimos 25 anos, o neoliberalismo suscitou o maior surto de desenvolvimento que o mundo já conheceu e desencadeou um progresso exponencial em tecnologias centrais de informação. Mas, no processo, ele reavivou uma desigualdade próxima à situação de cem anos atrás e agora originou uma situação de luta pela sobrevivência.

A guerra civil na Ucrânia, que levou forças especiais russas às margens do Dniestre; o triunfo do Estado Islâmico na Síria e no Iraque; a ascensão de partidos fascistas na Europa; a paralisia da OTAN na medida em que suas populações negam o consentimento para intervenções militares — esses não são problemas separados da crise econômica. São sinais de que a ordem neoliberal fracassou.

Ao longo das últimas duas décadas, milhões de pessoas resistiram ao neoliberalismo, mas em geral a resistência malogrou. Para além dos erros táticos e da repressão, a razão é simples: o capitalismo de livre mercado é uma ideia clara e poderosa, enquanto as forças que a ele se opõem pareciam estar defendendo algo anti-go, pior e incoerente.

Entre o 1%, o neoliberalismo tem a força de uma religião: quanto mais você o pratica, melhor se sente — e mais rico se torna. Mesmo entre os pobres, quando o sistema estava a pleno vapor, agir de um modo que não estivesse de acordo com as restrições

neoliberais revelava-se irracional: você toma empréstimo, mergulha e se debate nas margens do sistema tributário, além de se submeter às regras sem sentido impostas no trabalho.

E durante décadas os adversários do capitalismo patinaram em sua própria incoerência. Da corrente antiglobalização dos anos 1990 ao Occupy e eventos posteriores, o movimento por justiça social tem rejeitado a ideia de um programa coerente em favor do slogan “Um não, muitos sins”. A incoerência é lógica, se você achar que a única alternativa é o que a esquerda do século xx chamava de “socialismo”. Por que lutar por uma grande mudança se ela for apenas uma regressão — rumo ao controle estatal e ao nacionalismo econômico, rumo a economias que só funcionam se todo mundo se comportar da mesma maneira ou se submeter a uma hierarquia brutal? Inversamente, a ausência de uma alternativa clara explica por que a maioria dos movimentos de protesto nunca vence: no fundo do coração eles não querem vencer. Há até uma expressão para isso no movimento de protesto: “recusa de vencer”.⁴

Para substituir o neoliberalismo precisamos de algo que seja tão poderoso e eficaz quanto ele: não apenas uma ideia brilhante acerca de como o mundo poderia funcionar, mas um modelo novo, holístico, que possa gerir a si mesmo e proporcionar tangivelmente um resultado melhor. Temos que nos basear em micromecanismos, não em diktats ou programas de diretrizes; tem que funcionar espontaneamente. Neste livro, defendo a ideia de que existe uma alternativa clara, de que ela pode ser global e de que pode propiciar um futuro substancialmente melhor do que aquele que o capitalismo estará oferecendo em meados do século XXI.

O nome disso é pós-capitalismo.

O capitalismo é mais do que apenas uma estrutura econômica ou um conjunto de leis e instituições. É o sistema *integral* —

social, econômico, demográfico, cultural, ideológico — necessário para fazer uma sociedade desenvolvida funcionar por meio dos mercados e da propriedade privada. Isso inclui companhias, mercados e Estados. Mas inclui também quadrilhas criminosas, redes secretas de poder, pregadores milagreiros numa favela de Lagos, analistas embusteiros em Wall Street. Capitalismo é a fábrica Primark que fechou as portas em Bangladesh e é o tumulto das garotas adolescentes na abertura da loja Primark em Londres, superexcitadas com a perspectiva de roupas baratinhas.

Estudando o capitalismo como um sistema integral, podemos identificar vários de seus traços fundamentais. O capitalismo é um organismo: tem um ciclo vital — um início, um meio e um fim. É um sistema complexo, que opera fora do controle de indivíduos, governos e mesmo superpotências. Cria resultados que muitas vezes são contrários às intenções das pessoas, mesmo quando elas agem racionalmente. O capitalismo é também um organismo *em aprendizado*: ele se adapta de modo contínuo, e não apenas em pequenos aperfeiçoamentos. Em grandes momentos críticos, ele se metamorfoseia em reação ao perigo, criando padrões e estruturas quase irreconhecíveis para a geração que veio antes. E seu instinto de sobrevivência mais básico é propulsar mudanças tecnológicas. Se considerarmos não apenas a tecnologia de informação, mas também a produção de alimentos, o controle de natalidade ou a saúde global, os últimos 25 anos provavelmente viram o maior salto nas possibilidades humanas da história. Mas as tecnologias que criamos não são compatíveis com o capitalismo — não em sua forma presente e talvez em forma nenhuma. Uma vez que o capitalismo não pode mais se adaptar à mudança tecnológica, o pós-capitalismo se torna necessário. Quando comportamentos e organizações aptas a explorar a mudança tecnológica aparecem espontaneamente, o pós-capitalismo se torna possível.

Eis, em resumo, o argumento deste livro: *o capitalismo é um sistema complexo, adaptativo, que alcançou os limites de sua capacidade de adaptação.*

Isso, evidentemente, situa-se a quilômetros de distância da teoria econômica predominante. Nos anos do boom, os economistas começaram a acreditar que o sistema que emergira depois de 1989 era permanente — a expressão perfeita da racionalidade humana, com todos os seus problemas resolvíveis por políticos e banqueiros manipulando instrumentos de controle chamados de “política fiscal e monetária”.

Quando passaram a considerar a possibilidade de que a nova tecnologia e as velhas formas de sociedade estivessem em descompasso, os economistas tomaram por certo que a sociedade iria simplesmente se remodelar em torno da tecnologia. Seu otimismo era justificado, porque tais adaptações tinham acontecido no passado. Contudo, hoje, o processo de adaptação está estagnado.

A informática é diferente de todas as tecnologias anteriores. Como pretendo demonstrar, sua tendência espontânea é a de dissolver mercados, destruir propriedade e romper a relação entre trabalho e salários. E esse é o terreno profundo da crise que estamos atravessando.

Se eu estiver certo temos de admitir que, na maior parte do século passado, a esquerda interpretou mal como seria o fim do capitalismo. O objetivo da velha esquerda era a destruição forçada dos mecanismos de mercado. A força seria exercida pela classe trabalhadora, fosse na urna eleitoral ou nas barricadas. A alavanca seria o Estado. A oportunidade seria propiciada por frequentes episódios de colapso econômico. Em vez disso, ao longo dos últimos 25 anos, foi o projeto da esquerda que entrou em colapso. O mercado destruiu o plano; o individualismo substituiu o coleti-

vismo e a solidariedade; a força de trabalho expandida massivamente no mundo parece um “proletariado”, mas não mais pensa nem age como um.

Para quem passou por tudo isso e odiava o capitalismo, foi traumático. Mas, no processo, a tecnologia criou uma nova rota de saída, que os remanescentes da velha esquerda — e todas as outras forças influenciadas por ela — têm que abraçar ou morrer.

O capitalismo, afinal de contas, não será abolido por técnicas de marcha forçada. Será abolido pela criação de algo mais dinâmico que, inicialmente, existe quase invisível no interior do velho sistema, mas que rompe caminho, remodelando a economia em torno de novos valores, comportamentos e normas. A exemplo do que ocorreu com o feudalismo há quinhentos anos, a morte do capitalismo será acelerada por choques externos e moldada pela emergência de um novo tipo de ser humano. E já começou.

O pós-capitalismo é possível por causa de três impactos da nova tecnologia nos últimos 25 anos.

Primeiro, a informática reduziu a necessidade de trabalho, obscureceu as fronteiras entre trabalho e tempo livre, afrouxando a relação entre trabalho e salários.

Segundo, os bens de informação estão corroendo a capacidade do mercado de formar preços corretamente. Isso porque os mercados se baseiam na escassez, ao passo que a informação é abundante. O mecanismo de defesa do sistema é formar monopólios numa escala nunca vista nos últimos duzentos anos — no entanto, eles não podem durar.

Terceiro, estamos assistindo à ascensão espontânea de produção cooperativa: estão aparecendo bens, serviços e organizações que não mais respondem aos ditames do mercado e da hierarquia gerencial. O maior produto de informação do mundo — a Wikipédia — é feito por 27 mil voluntários, de graça, abolindo o co-

mércio de enciclopédias e privando a indústria publicitária de uma receita anual estimada em 3 bilhões de dólares.

Quase sem ser notados, nos nichos e desvãos do sistema de mercado, territórios inteiros de vida econômica estão começando a se mover num ritmo diferente. Moedas paralelas, bancos de tempo, coletivos e espaços autogeridos proliferaram, quase despercebidos pela profissão econômica, e frequentemente como resultado direto do esfacelamento de velhas estruturas depois da crise de 2008.

Novas formas de propriedade, novas formas de empréstimo, novos contratos legais: toda uma subcultura de negócios emergiu nos últimos dez anos, chamada pela mídia de “economia de compartilhamento”. Expressões envolventes como “bens comuns” e “produção em parceria” passaram a circular, mas poucos se deram ao trabalho de perguntar o que isso significa para o capitalismo em si.

Acredito que oferece uma rota de fuga — mas apenas se esses projetos de âmbito micro forem fomentados, promovidos e protegidos por uma mudança maciça no que fazem os governos. Isso, por sua vez, deve ser conduzido por uma mudança em nossas ideias acerca de tecnologia, propriedade e do próprio trabalho. Quando criarmos os elementos do novo sistema, deveremos ser capazes de dizer a nós mesmos e aos outros: este não é mais meu mero mecanismo de sobrevivência, meu refúgio no seio do mundo neoliberal — é um novo modo de vida em processo de formação.

No velho projeto socialista, o Estado toma posse do mercado, governa-o em favor dos pobres em lugar dos ricos e tira do mercado áreas-chave da produção, transferindo-as para uma economia planejada. Na única vez em que isso foi tentado, na Rússia depois de 1917, não funcionou. Se poderia ter funcionado é uma boa pergunta, mas uma pergunta morta.

Hoje o terreno do capitalismo mudou: ele é global, fragmen-

tário, ajustado a escolhas de pequena escala, trabalho temporário e múltiplos conjuntos de capacidade. O consumo se tornou uma forma de autoexpressão — e milhões de pessoas têm uma participação no sistema financeiro que não tiveram antes.

Com o novo terreno, o velho caminho se perdeu. Mas um caminho diferente se abriu. A produção cooperativa, usando tecnologia em rede para produzir bens e serviços que só funcionam quando são livres ou compartilhados, define a rota para fora do sistema de mercado. Ela precisará que o Estado crie a moldura, e o setor pós-capitalista talvez coexista com o setor de mercado por décadas ainda. Mas está acontecendo.

As redes propiciam “granulosidade” ao projeto pós-capitalista; isto é, elas podem ser a base de um sistema de não mercado que se reproduz, que não precisa ser criado de novo a cada manhã na tela do computador de um comissário do povo.

A transição envolverá o Estado, o mercado e a produção colaborativa que está fora do mercado. Mas, para fazê-la acontecer, o projeto da esquerda como um todo — dos grupos de protesto aos partidos social-democratas e liberais convencionais — precisa ser reconfigurado. Na verdade, uma vez que as pessoas compreendam a urgência desse projeto pós-capitalista, ele deixa de ser propriedade da esquerda e passa a ser de um movimento muito mais amplo, para o qual provavelmente precisaremos de novos rótulos.

Quem pode fazer isso acontecer? Para a velha esquerda, era a classe operária industrial. Mais de duzentos anos atrás, o jornalista radical John Thelwall alertou os homens que construíram as fábricas inglesas de que eles tinham criado uma nova e perigosa forma de democracia: “Cada grande oficina e manufatura é uma espécie de sociedade política, que nenhum ato do Parlamento pode silenciar e nenhum magistrado dispersa”.⁵

Hoje, o conjunto da sociedade é uma fábrica — e as redes de comunicação vitais para o trabalho e o rendimento diários estão fervilhando de conhecimento e inquietação compartilhados. Hoje é a rede — como as oficinas de duzentos anos atrás — que “não pode ser silenciada ou dispersada”.

Sim, é verdade que podem derrubar o Facebook, o Twitter e até a internet como um todo e os telefones celulares em tempos de crise, paralisando a economia no processo. E podem armazenar e monitorar cada kilobyte de informação que produzimos. Mas não podem voltar a impor a sociedade hierárquica, guiada pela propaganda e ignorante de cinquenta anos atrás, exceto — como na China, na Coreia do Norte ou no Irã — optando por ficar fora de partes essenciais da vida moderna. Seria, como define o sociólogo Manuel Castells, o mesmo que tentar deseletrificar um país.⁶

Ao criar milhões de pessoas interligadas em rede, financeiramente exploradas mas com a totalidade da inteligência humana ao alcance de um toque de dedo, o infocapitalismo criou um novo agente de mudança na história: o ser humano instruído e conectado.

Como resultado, nos anos posteriores a 2008 temos assistido ao início de um novo tipo de insurreição. Movimentos de oposição têm ido às ruas determinados a evitar as estruturas de poder e os abusos que as hierarquias trazem, e a imunizar-se contra os erros da esquerda do século xx.

Os valores, vozes e princípios morais da geração interconectada eram tão óbvios nessas revoltas que, dos *indignados* espanhóis à Primavera Árabe, a mídia acreditou inicialmente que elas tinham sido causadas pelo Facebook e pelo Twitter. Então, em 2013-4, irromperam revoltas em alguns dos mais icônicos países em desenvolvimento: Turquia, Brasil, Índia, Ucrânia e Hong Kong. Milhões

tomaram as ruas, de novo tendo à frente a geração interconectada — mas agora suas queixas dirigiam-se ao coração do que está falido no capitalismo moderno.

Em Istambul, nas barricadas em torno do parque Gezi em junho de 2013, encontrei médicos, programadores de software, despachantes e contadores — profissionais para os quais os 8% de crescimento do PIB da Turquia não serviam de compensação para o roubo de um estilo de vida moderno cometido pelos muçulmanos no poder.

No Brasil, no mesmo momento em que os economistas celebravam a criação de uma nova classe média, esta se revelou na verdade composta de trabalhadores de baixa remuneração. Eles saíram da vida de favelados para um mundo de salários regulares e contas bancárias, mas logo perceberam que eram privados de confortos básicos, à mercê de uma polícia brutal e um governo corrupto. Saíram às ruas aos milhões.

Na Índia, os protestos motivados pelo estupro coletivo e assassinato de uma estudante em 2012 foram um sinal de que também nessa questão a geração instruída e interconectada não vai tolerar por muito mais tempo o paternalismo e o atraso.

Muitas dessas revoltas se esgotaram. A Primavera Árabe ou foi suprimida, como no Egito e no Bahrein, ou açambarcada pelo islamismo, como na Líbia e na Síria. Na Europa, a repressão policial e uma frente unida de todos os partidos em favor da austeridade forçaram os *indignados* a um silêncio emburrado. Mas as revoltas mostraram que a revolução numa sociedade altamente complexa movida pela informação terá uma aparência muito diferente das revoluções do século xx. Sem uma classe trabalhadora forte e organizada empurrando as questões sociais com rapidez para o primeiro plano, as revoltas costumam empacar. Mas a ordem nunca é plenamente restaurada.

Em vez de passar do pensamento à ação num movimento de

mão única — como faziam os radicais dos séculos XIX e XX —, a repressão obriga os jovens radicalizados a oscilar entre as duas coisas: você pode prender, torturar e fustigar as pessoas, mas não pode evitar sua resistência mental.

No passado, o radicalismo mental não teria sentido sem a força. Quantas gerações de rebeldes desperdiçaram suas vidas em sótãos sombrios escrevendo poesia raivosa, praguejando contra a injustiça do mundo e sua própria paralisia? Mas, numa economia da informação, a relação entre pensamento e ação se modifica.

Na engenharia de alta tecnologia, antes de uma única peça ser formatada, os objetos são projetados, testados e até mesmo “manufaturados” virtualmente — todo o processo modelado do início ao fim em computadores. Os erros são descobertos e corrigidos no estágio de projeto, de uma maneira que era impossível antes de surgirem as simulações em 3-D.

Por analogia, o mesmo vale para o projeto de um pós-capitalista. Numa sociedade da informação, nenhuma ideia, debate ou sonho é desperdiçado — seja ele concebido numa tenda de acampamento, numa cela de prisão ou numa sessão de “engenharia” de uma empresa iniciante ou companhia start-up.

Na transição para uma economia pós-capitalista, o trabalho feito no estágio de projeto pode reduzir erros na etapa de implementação. E o projeto do mundo pós-capitalista, como no caso dos softwares, pode ser modular. Diferentes pessoas podem trabalhar nele em lugares diversos, a velocidades distintas, com relativa autonomia em relação umas às outras. Não é mais de um plano que precisamos, mas de um projeto modular.

No entanto, nossa necessidade é urgente.

Meu objetivo aqui não é fornecer uma estratégia econômica ou um guia de organização. É mapear as novas contradições do capitalismo de modo que as pessoas, movimentos e partidos pos-

sam contar com coordenadas mais precisas para a jornada que estão tentando empreender.

A principal contradição hoje é entre a possibilidade de criar bens e informações livres e um sistema de monopólios, bancos e governos tentando manter as coisas privadas, escassas e comerciais. Tudo se resume à refrega entre rede e hierarquia, entre velhas formas de sociedade moldadas em torno do capitalismo e novas formas de sociedade que prefiguram o que vem em seguida.

Em face dessa mudança, a elite dirigente do capitalismo moderno tem muita coisa em jogo. Enquanto escrevia este livro, meu trabalho cotidiano como repórter me colocou no meio de três conflitos icônicos que mostram como é impiedosa a reação da elite.

Em Gaza, em agosto de 2014, passei dez dias numa comunidade que estava sendo destruída sistematicamente por ataques de drones, bombardeios e disparos. Mil e quinhentos civis foram mortos, um terço deles crianças. Em fevereiro de 2015, vi 25% do Congresso norte-americano aplaudir de pé o homem que ordenou os ataques.

Na Escócia, em setembro de 2014, eu me vi no meio de um súbito e totalmente imprevisto movimento radical de massas em defesa da independência em relação à Grã-Bretanha. Presenteados com a oportunidade de romper com um Estado neoliberal e começar a partir de novas bases, milhões de jovens disseram “sim”. Foram derrotados — mas por pouco — depois que os diretores executivos de grandes corporações ameaçaram tirar suas operações da Escócia, e o Bank of England, para completar, ameaçou sabotar o desejo da Escócia de continuar usando a libra esterlina.

Por fim, na Grécia, em 2015, assisti à transformação da euforia em angústia quando uma população que votara na esquerda

pela primeira vez em setenta anos viu seus desejos democráticos destroçados pelo Banco Central Europeu.

Em cada caso, a luta por justiça colidiu com o poder real que governa o mundo.

Em 2013, examinando o lento progresso da austeridade no sul da Europa, economistas do J.P. Morgan concluíram com todas as letras: para o neoliberalismo sobreviver, a democracia deve murchar. Grécia, Portugal e Espanha — alertaram — tinham “herdado problemas de natureza política”: “As constituições e acordos políticos na periferia sul, postos em cena como consequência da queda do fascismo, têm uma série de traços que parecem não ser adequados para favorecer a integração na região”.⁷ Em outras palavras, povos que insistiram em sistemas decentes de bem-estar social por ocasião da transição pacífica das ditaduras para a democracia nos anos 1970 agora precisam se livrar dessas coisas para que bancos como o J.P. Morgan sobrevivam.

Hoje não existe nenhuma Convenção de Genebra quando se trata do confronto entre elites e as pessoas que elas governam: o robocop tornou-se a linha de frente de defesa contra protestos pacíficos. Pistolas de choque, raios sonoros e gás lacrimogêneo, combinados com vigilância invasiva, infiltração e desinformação, tornaram-se o padrão no script dos defensores da lei. E os bancos centrais, de cujas operações a maioria das pessoas não faz nem ideia, estão preparados para sabotar a democracia ao desencadear corridas aos bancos onde quer que movimentos antineoliberais ameacem vencer — como fizeram no Chipre em 2013, depois na Escócia e mais recentemente na Grécia.

A elite e seus apoiadores estão a postos para defender os mesmos preceitos centrais: alta finança, baixos salários, sigilo, militarismo, propriedade intelectual e energia baseada no carbono. A má notícia é que eles controlam quase todos os governos do mundo. A

boa notícia é que, na maioria dos países, gozam de pouquíssima anuência ou popularidade junto às pessoas comuns.

Mas nesse hiato entre sua popularidade e seu poder reside o perigo. Conforme descobri nas margens do rio Dniestre, uma ditadura que fornece gás barato e um trabalho para seu filho no Exército pode parecer melhor que uma democracia que deixa você congelar e passar fome.

Numa situação como essa, o conhecimento da história é mais poderoso do que você pensa.

O neoliberalismo, com sua crença na permanência e no caráter definitivo dos livres mercados, tentou reescrever toda a história anterior da humanidade como “coisas que deram errado antes de nós”. Mas, logo que você começa a pensar na história do capitalismo, é obrigado a perguntar quais eventos, em meio ao caos, fazem parte de um padrão recorrente e quais fazem parte de uma mudança irreversível.

Assim, se a meta deste livro é delinear uma moldura para o futuro, partes dele são sobre o passado. A parte I é sobre a crise e como chegamos aqui. A parte II esboça uma nova e abrangente teoria do pós-capitalismo. A parte III investiga como poderia ser a transição para o pós-capitalismo.

Isso é utópico? As comunidades socialistas utópicas de meados do século XIX fracassaram porque a economia, a tecnologia e os níveis de capital humano não estavam suficientemente desenvolvidos. Com a tecnologia informática, grande parte do projeto utópico socialista torna-se possível: de cooperativas a comunas e ao afloramento de comportamentos emancipados que redefinem a liberdade humana.

Não, é a elite — isolada em seu mundo — que agora parece tão utópica quanto as seitas milenaristas do século XIX. A demo-

cracia de tropas de choque, políticos corruptos, jornais controlados por magnatas e estado de vigilância parece tão falsa e frágil quanto a Alemanha Oriental de trinta anos atrás.

Todas as leituras da história humana têm que deixar em aberto a possibilidade de um colapso. A cultura popular tem obsessão por isso: o colapso nos ameaça nos filmes de zumbis, nos filmes-catástrofes, na devastada terra pós-apocalíptica de *A estrada* ou *Elysium*. Mas por que deveríamos, na qualidade de seres inteligentes, deixar de formar um retrato da vida ideal, da sociedade perfeita?

Milhões de pessoas estão começando a se dar conta de que foi vendido a elas um sonho que jamais poderão realizar. Em seu lugar, precisamos de mais do que um punhado de sonhos diferentes: precisamos de um projeto coerente baseado na razão, na evidência e em esquemas testáveis; um projeto que esteja de acordo com a história econômica e seja sustentável em termos do nosso planeta.

E temos que levá-lo adiante.